

## **DOCUMENTO DE CONSULTA PÚBLICA**

**N.º 3/2021**

**Projeto de norma regulamentar que procede à segunda alteração ao Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro**

**11 de fevereiro de 2021**

## **1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO**

O regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), constante do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), foi aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, alterada e republicada pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março.

No âmbito do PCES, a provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos que excedam os respetivos prémios de contratos cujo período de risco ainda está a decorrer ou aqueles cuja renovação já se encontra assumida por parte da empresa de seguros, sendo baseada, entre outras variáveis, no valor dos prémios, custos com sinistros e custos de exploração verificados no exercício.

Na sequência da declaração pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia, foram aprovadas múltiplas medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19.

As medidas implementadas com vista à contenção da pandemia, nomeadamente os deveres de confinamento obrigatório, restrição de circulação e recolhimento domiciliário, bem como a suspensão de atividades e o encerramento de estabelecimentos, conduziram a uma alteração do risco coberto pelos contratos de seguro.

Face ao contexto descrito, a evolução dos indicadores quantitativos no exercício de 2020, em particular das taxas de sinistralidade, refletiu a alteração meramente pontual do risco na vigência do contrato, favorecendo por vezes a sua diminuição.

Tendo em conta que a estimativa das responsabilidades futuras utiliza como base, em alguns casos, a informação histórica da sinistralidade e de outros indicadores, considera-se que o reconhecimento de variáveis com comportamento atípico, como o verificado no ano de 2020, pode ter impacto na fiabilidade das estimativas a efetuar para os sinistros a ocorrer no ano subsequente.

A ASF tem vindo a acompanhar as medidas adotadas no contexto do surto pandémico, procurando, na medida do possível, minimizar o respetivo impacto nos setores sob a sua supervisão. Assim, através de carta-circular, foram emitidas orientações dirigidas às empresas de seguros que exploram os ramos Não Vida, salientando, entre outros fatores, a necessidade de análise da evolução das variáveis inerentes ao cálculo da provisão para riscos em curso referente ao exercício de 2020. Nos

casos considerados adequados, justifica-se o ajustamento dos indicadores previstos no PCES, de forma a que o rácio determinado para efeitos do referido cálculo possa traduzir a expectativa da empresa para o período de risco futuro, refletindo as oscilações estimadas para a sinistralidade e eventuais devoluções de prémios ou outros ajustamentos contratuais.

Tendo por referência as aludidas orientações, o projeto de norma regulamentar que se coloca agora em consulta pública visa promover a consagração normativa das soluções preconizadas, de forma a garantir a respetiva operacionalização e a previsão de um regime que possa ser aplicado em situações idênticas de caráter excecional.

## **2. PROJETO DE NORMA REGULAMENTAR E AVALIAÇÃO DE IMPACTO**

### **A) Descrição do conteúdo da norma regulamentar**

O presente projeto de norma regulamentar visa introduzir uma alteração pontual ao regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da ASF, constante do Plano de Contas para as Empresas de Seguros aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, alterada pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março.

Conforme anteriormente enunciado, em situações excecionais, como a relacionada com o surto pandémico Coronavírus – COVID-19, justifica-se que o rácio determinado para efeitos de cálculo da provisão para riscos em curso traduza a expectativa para o período de risco futuro, nomeadamente em termos de acréscimos de sinistralidade e ajustamentos contratuais.

Nesse sentido, determina-se, no âmbito do cálculo da referida provisão, o ajustamento das variáveis aplicáveis sempre que seja expectável uma taxa de sinistralidade para o período de risco após o termo do exercício mais gravosa do que a estimada, decorrente da expectativa de aumento extraordinário dos custos com sinistros face aos verificados no exercício ou de redução atípica dos prémios.

Estabelece-se, ainda, que os ajustamentos aplicados devem ser objeto de divulgação e fundamentação em nota explicativa a enquadrar nas Notas à Demonstração da Posição Financeira e Ganhos e Perdas.

Por último, aproveita-se o ensejo para proceder à reorganização sistemática do ponto do PCES relativo à provisão para riscos em curso, desagregando-se o respetivo n.º 9 em duas disposições distintas, com renumeração das subsequentes e correspondente atualização de remissões.

## **B) Avaliação do impacto da norma regulamentar**

Da implementação das alterações pontuais resultantes do presente projeto de norma regulamentar, resulta o dever de ser avaliada, no âmbito do cálculo da provisão para riscos em curso, a necessidade de efetuar ajustamentos aos custos com sinistros ocorridos no exercício, pela expectativa de aumento extraordinário dos mesmos no período de risco subsequente, e/ou aos prémios adquiridos, por uma eventual descida atípica dos prémios, cujo potencial impacto será o reforço dessa provisão. Neste âmbito, reputa-se adequado garantir uma flexibilização do regime contabilístico para fazer face a contextos de carácter excecional, permitindo uma adaptação à realidade económica e social vigente.

Considera-se que as alterações referidas reforçam a garantia da proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários, salvaguardando-se o princípio da especialização do exercício.

Nestes termos, da avaliação do impacto do presente projeto de norma regulamentar conclui-se ser justificada a prossecução da presente iniciativa regulatória, sem prejuízo da realização de nova avaliação no contexto de alterações subsequentes a introduzir no PCES.

## **3. PEDIDO DE COMENTÁRIOS**

Atendendo ao carácter de urgência que as alterações previstas no presente projeto de norma regulamentar revestem, decorrentes da necessidade de consagração normativa e operacionalização das orientações relativas ao cálculo da provisão para riscos em curso referente ao exercício de 2020, no contexto das medidas extraordinárias de resposta à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, solicita-se aos interessados que submetam os seus comentários sobre o projeto de norma regulamentar, por escrito, até ao dia 25 de fevereiro de 2021, para o seguinte endereço de correio eletrónico: [consultaspublicas@asf.com.pt](mailto:consultaspublicas@asf.com.pt)

Por motivos de transparência, a ASF propõe-se publicar os contributos recebidos ao abrigo desta consulta pública. Assim, caso o respondente se oponha à referida publicação deve referi-lo expressamente no contributo que enviar.

Por razões de equidade, os contributos recebidos após o final do prazo da consulta pública não serão considerados.